



AQ 01/2025

Acordo-Quadro para Serviços de Viagens

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CAPÍTULO I - Informações Gerais	4
Artigo 1.º - Definições.....	4
Artigo 2.º - Caderno de Encargos	4
Artigo 3.º - Objeto	5
Artigo 4.º - Forma e documentos contratuais	5
Artigo 5.º - Prazo de vigência.....	5
CAPÍTULO II - Obrigações entidades intervenientes.....	6
Secção I - Entidades cocontratantes	6
Artigo 6.º - Obrigações das entidades cocontratantes.....	6
Artigo 7.º - Auditorias à prestação de serviços.....	7
Artigo 8.º - Segurança.....	7
Artigo 9.º - Sigilo e confidencialidade	8
Artigo 10.º - Direitos de propriedade intelectual	8
Secção II - Entidades adquirentes e CC-CIMRC.....	8
Artigo 11.º - Obrigações das entidades adquirentes	8
Artigo 12.º - Obrigações da CIMRC	8
Artigo 13.º - Alterações ao Acordo-Quadro	9
Artigo 14.º - Preço Contratual	9
CAPÍTULO III - Penalidades contratuais	10
Artigo 15.º - Penalidades contratuais.....	10
Artigo 16.º - Execução da caução.....	10
Artigo 17.º - Casos fortuitos ou de força maior.....	10
Artigo 18.º - Suspensão do Acordo-Quadro	11
Artigo 19.º - Motivos de suspensão ou exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro	11
Artigo 20.º - Resolução por parte das entidades adquirentes	12
CAPÍTULO IV - Disposições Finais.....	13
Artigo 21.º - Resolução de litígios	13
Artigo 22.º - Arbitragem.....	13
Artigo 23.º - Prazos e regras de contagem	13
Artigo 24.º - Notificações e comunicações.....	13
Artigo 25.º - Cessão da posição contratual e Subcontratação	14
Artigo 26.º - Legislação aplicável	14
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	14
Artigo 27.º - Disposições Gerais.....	14
Artigo 28.º - Disposições Especiais	15
Artigo 29.º - Emissão de relatórios de faturação	19
Artigo 30.º - Revisão dos níveis de serviço	20

Artigo 31.º - Remuneração da CC-CIMRC	20
PARTE III - PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES	20
Artigo 32.º - Aquisição de Viagens	20
Artigo 33.º - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-Quadro.....	21
Artigo 34.º - Despesas	23
Artigo 35.º - Prazo de vigência dos contratos efetuados ao abrigo do Acordo-Quadro	23
Artigo 36.º - Foro Competente	24

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - Informações Gerais

Artigo 1.º - Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos entende-se por:

- a) **Acordo-Quadro** – Contrato escrito, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante abreviadamente designada por CIMRC) e as entidades selecionadas, que estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas;
- b) **CC-CIMRC** - Central de Compras da CIMRC, criada através de deliberação, de 8 de junho de 2011, do Conselho Intermunicipal da CIMRC, ao abrigo do disposto no artigo 260.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, ambos na sua redação atual, com o objeto e atribuições definidos no seu Regulamento Orgânico e de Funcionamento;
- c) **Contratos** – Todos aqueles a celebrar entre a CIMRC ou entidades adquirentes e os cocontratantes, nos termos do Acordo Quadro;
- d) **Cocontratantes** – Concorrente selecionado para fornecer as entidades adquirentes no âmbito do presente acordo quadro;
- e) **Caderno de Encargos** – O presente caderno de encargos referente ao concurso público para seleção de prestadores de serviço de viagens os requisitos técnicos, económicos e legais a cumprir pelos concorrentes;
- f) **Entidade Adquirente** – Entidades adjudicantes que integram a Central de Compras da CIMRC;
- g) **Entidade Agregadora** – Entidade que representa um agrupamento de entidades adquirentes, que poderá ser a CIMRC, a CC-CIMRC ou um conjunto de entidades que a integram;
- h) **Entidade Contratante** – Para efeitos de celebração do acordo-quadro, objeto do presente caderno de encargos, será a CIMRC; para efeitos de contratos de prestação do serviço serão as entidades adquirentes;
- i) **Médias ou Grandes Comitivas** – Grupo designado para representação em eventos, reuniões, viagens oficiais, entre outros, que seja igual ou superior a 6 pessoas;
- j) **Pequenas Comitivas** – Grupo designado para representação em eventos, reuniões, viagens oficiais, entre outros, até ao limite de 5 pessoas;
- k) **Plataforma Eletrónica** – Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela CIMRC no âmbito do presente procedimento;

Artigo 2.º - Caderno de Encargos

O caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas para aquisição do Serviço de Viagens, a ser contratado pela CIMRC para os Municípios e outras entidades que integram a Central de Compras da CIMRC, desde que manifestem a vontade de integração na CC-CIMRC, o que comporta a adesão aos seus princípios e à aceitação do seu regulamento e das normas de execução emanadas pelo Conselho Intermunicipal da CIMRC.

Artigo 3.º - Objeto

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um acordo-quadro para a aquisição do Serviços de Viagens, nos termos e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos e do presente caderno de encargos, para as entidades que integram a CC-CIMRC.
2. Os produtos e serviços a adquirir no âmbito do acordo-quadro a celebrar terão de cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor, de acordo com os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 – Aquisição contínua para viagens e alojamento nacional;
 - b) Lote 2 – Aquisição contínua de viagens e alojamento internacional para pequenas comitativas;
 - c) Lote 3 – Aquisição de Viagens e alojamento internacional para médias ou grandes comitativas.
3. O Acordo Quadro disciplina as relações contratuais futuras a estabelecer entre os Cocontratantes, a CIMRC e as Entidades Adquirentes.
4. Quaisquer outras entidades que integrem ou venham a integrar a CC-CIMRC, após assinatura do Acordo Quadro resultante do presente procedimento, podem aderir ao mesmo, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições estabelecidas no Acordo Quadro.
5. O recurso, pelas entidades adquirentes, ao Acordo Quadro a celebrar no âmbito do presente procedimento é facultativo.

Artigo 4.º - Forma e documentos contratuais

1. O Acordo-Quadro será celebrado por escrito é constituído pelo respetivo clausulado e seus Anexos.
2. Fazem parte integrante do contrato de Acordo-Quadro os seguintes documentos:
 - a) Suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo Conselho Intermunicipal da CIMRC ou por quem este delegar;
 - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O programa de concurso e o presente caderno de encargos;
 - d) A proposta do adjudicatário;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada; e,
 - f) Outras peças do concurso.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, as entidades prestadoras de serviço obrigam-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. O estabelecido no clausulado do contrato de acordo-quadro prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos demais documentos previstos no n.º 2 do presente artigo.
5. Havendo contradição entre os documentos previsto no n.º 2 do presente artigo, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.

Artigo 5.º - Prazo de vigência

1. O acordo-quadro que resulta do presente procedimento, tem a duração de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura para a totalidade dos lotes em apreço, e considera-se automaticamente renovado por períodos de um ano se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em

relação ao termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

2. O prazo máximo de vigência do acordo-quadro, incluindo renovações, é de 36 (trinta e seis) meses.

CAPÍTULO II – Obrigações das entidades intervenientes

Secção I - Entidades cocontratantes

Artigo 6.º - Obrigações das entidades cocontratantes

1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, constituem, entre outras, obrigações das entidades cocontratantes:
 - a) Apresentar proposta válida, com preço igual ou inferior ao estabelecido pelo cocontratante no presente acordo-quadro, **a todas as consultas efetuadas pela entidade agregadora ou por qualquer entidade adquirente**, para o lote ou lotes para os quais foram selecionadas, no âmbito do presente acordo-quadro, respeitando os termos dos convites e o disposto no presente caderno de encargos;
 - b) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade, bem como a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais;
 - c) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte das entidades adquirentes;
 - d) Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Acordo Quadro e demais documentos contratuais;
 - e) Assegurar todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço dentro dos níveis de serviço definidos;
 - f) Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de níveis de serviço e de faturação identificando nomeadamente o número, data e valor das faturas, os tipos e serviços prestados e justificação para eventuais incumprimentos nos níveis de serviço;
 - g) Apresentar, nos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro, taxas de serviço iguais ou inferiores às estabelecidas no Acordo Quadro e que resultam da taxa de serviço pela qual a proposta do cocontratante foi adjudicada e que publicada;
 - h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;
 - i) Manter sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos direta e indiretamente relacionados com o objeto do contrato celebrado, bem como tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da sua execução, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam, excluindo-se todos os assuntos ou conteúdos de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados ou sejam do conhecimento público;
 - j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância

para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

- k) Comunicar às entidades adquirentes a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- l) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- m) Proceder obrigatoriamente à sua inscrição no portal da CC-CIMRC através do endereço eletrónico <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura de contrato de acordo-quadro;
- n) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, submetendo-os no portal da CIMRC em <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, bem como entregá-los às entidades adquirentes, sempre que solicitado por estas;
- o) Submeter os relatórios de faturação previstos no presente caderno de encargos através da na área reservada do portal da Central de Compras, em: <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>;
- p) Remunerar a CIMRC nos termos do artigo 31.º do presente caderno de encargos;
- q) Disponibilizar à CC-CIMRC a informação relevante para a gestão dos contratos, designadamente a referida no artigo 29.º do presente caderno de encargos;
- r) Manter sigilo e garantir a confidencialidade; e,
- s) Disponibilizar, sempre que solicitado pela CC-CIMRC, declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do presente acordo-quadro.

Artigo 7.º - Auditorias à prestação de serviços

1. Os prestadores de serviços obrigam-se a permitir à CIMRC, às entidades adquirentes e às entidades agregadoras por ela abrangidas, ou a quem estas designem, durante a vigência dos acordos-quadro ou dos contratos de prestação de serviços celebrados ao abrigo destes, a realização de auditorias aos serviços prestados, para efeitos de monitorização da qualidade da execução dos contratos e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.
2. Durante a fase de realização da inspeção os prestadores de serviços devem prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daquelas, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Verificada qualquer discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais aplicáveis, as entidades adquirentes disso informarão os prestadores de serviços, por escrito, devendo estas proceder, à sua custa e no prazo razoável acordado com as entidades adquirentes, às correções necessárias.

Artigo 8.º - Segurança

As entidades prestadoras de serviços acordarão com as entidades adquirentes as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações destas últimas, para a realização dos trabalhos necessários e serviços objeto do acordo-quadro, se necessário.

Artigo 9.º - Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto do contrato de acordo-quadro, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na aquisição ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do contrato de acordo-quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do acordo-quadro ou dos contratos de aquisição, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 10.º - Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade dos cocontratantes os encargos decorrentes da utilização, no âmbito do acordo-quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

Secção II - Entidades adquirentes e CC-CIMRC

Artigo 11.º - Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem, entre outras, obrigações das entidades adquirentes:
 - a) Celebrar os contratos de aquisição de viagens, segundo as regras definidas no presente acordo-quadro e com os níveis de serviço definidos nos respetivos convites;
 - b) Monitorizar a prestação do serviço no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços definidos no presente acordo-quadro, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
 - c) Comunicar, em tempo útil, à CIMRC os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato de aquisição e/ou acordo-quadro e reportar os resultados da monitorização; e,
 - d) Facultar toda a informação relativa aos serviços efetuados ao abrigo do acordo-quadro, sempre que lhes seja solicitado pela CIMRC, até 10 (dez) dias úteis após a sua realização.
2. A informação referida na alínea d) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de faturação submetidos no portal da CC-CIMRC em: <http://centraldecompras.cim-regiaoodecoimbra.pt>.

Artigo 12.º - Obrigações da CIMRC

Constituem, entre outras, obrigações da CIMRC:

- a) Celebrar, gerir e atualizar o acordo-quadro respeitante ao serviço de viagens;
 - b) Acompanhar e promover a adoção do acordo-quadro;
 - c) Monitorizar a qualidade da prestação e, quando necessário, intervir na aplicação de sanções;
- e,

- d) Fornecer às entidades adquirentes, a requerimento destas, elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor execução das prestações compreendidas no objeto dos contratos de aquisição.

Artigo 13.º - Alterações ao Acordo-Quadro

1. A CC-CIMRC pode, em qualquer momento, em virtude de alterações justificáveis no mercado de serviço de aquisição de viagens, promover a atualização dos preços máximos unitários para as entidades adquirentes.
2. A CC-CIMRC pode atualizar as características dos bens ou dos serviços a adquirir ao abrigo do contrato de acordo-quadro, modificando-as ou substituindo-as por outras, desde que se mantenha o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no procedimento de formação do acordo-quadro e desde que tal se justifique por indicações dos Municípios que integram a CC-CIMRC.
3. A eventual atualização dos bens e serviços objeto do acordo-quadro deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a. Que sejam de qualidade igual ou superior dos constantes da proposta inicial;
 - b. Que tenham, no mínimo, os requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais e de segurança exigidos;
 - c. Que os preços sejam iguais ou inferiores aos preços dos bens e serviços que substituem; e,
 - d. Que as restantes condições constantes do contrato de acordo-quadro se mantenham
4. Para efeitos de qualquer alteração ao acordo-quadro, distinta da referida no n.º 1 deste artigo, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
5. A CC-CIMRC pode, em qualquer momento, em virtude de alterações de mercado que o justifiquem, promover a atualização extraordinária dos preços máximos do acordo-quadro
6. Qualquer alteração só se considera válida, após aprovação pelas partes e quando forem devolvidos ao cocontratante os documentos de atualização devidamente assinados pela CIMRC com informação relativa à data em que produzirá efeitos.
7. Os cocontratantes não podem apresentar propostas em procedimentos lançados ao abrigo do acordo-quadro com bens e serviços que não tenham sido previamente aprovados pela CIMRC.
8. A alteração não pode conduzir à modificação do objeto principal do acordo-quadro nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida na fase de formação do mesmo.

Artigo 14.º - Preço Contratual

1. As entidades adquirentes são os únicos responsáveis pelo pagamento do preço dos serviços que lhes sejam prestados, não podendo as entidades prestadoras, em caso algum, emitir faturas à CC-CIMRC.
2. O preço contratual é o que resultar da proposta adjudicada no procedimento celebrado ao abrigo do acordo-quadro, tendo em consideração as taxas apresentadas pelo cocontratante vencedor que deverão manter-se inalteradas durante a vigência do contrato, sempre e quando não constar qualquer modelo de revisão de preços no convite efetuado pelas entidades adquirentes.
3. O prazo de pagamento é o que for normalmente praticado por cada entidade adquirente, nos termos da lei.

CAPÍTULO III - Penalidades contratuais

Artigo 15.º - Penalidades contratuais

1. O incumprimento das condições do serviço e demais obrigações previstas no acordo-quadro e nos contratos de aquisição, confere às entidades adquirentes o direito a serem indemnizadas através da aplicação de uma sanção, a creditar a favor da entidade adquirente ou a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, as entidades adquirentes têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa das entidades prestadoras do serviço e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de resolução dos contratos de aquisição por incumprimento das entidades prestadoras do serviço, as entidades adquirentes podem exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
4. Ao valor da sanção prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelas entidades prestadoras do serviço ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do presente artigo, relativamente aos produtos objeto do acordo-quadro cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.
5. As sanções previstas no presente artigo não obstam a que as entidades adquirentes possam exigir uma indemnização pelo dano excedente.
6. Sem prejuízo da sanção prevista no presente artigo, a entidade adquirente poderá, caso se verifique alguma das situações previstas no artigo 20.º resolver o contrato.
7. O incumprimento do artigo 29.º do presente caderno de encargos confere à CIMRC o direito da aplicação de uma sanção pecuniária, a seu favor, no valor de 500,00 € (Quinhentos euros) por relatório não entregue.
8. O incumprimento do n.º 7 B. do artigo 27.º do presente Caderno de Encargos, poderá resultar numa penalização de até 20% sobre o valor da fatura correspondente ao serviço prestado.
9. O incumprimento do n.º 4 A. do artigo 28.º do presente Caderno de Encargos, poderá resultar na aplicação de uma sanção pecuniária, a seu favor, no valor de 500,00 € (Quinhentos euros), sem prejuízo do eventual ressarcimento por danos que venham daí a ocorrer.
10. A Manutenção da Cotação para Viagens e Alojamento é um critério de seleção dos concorrentes. O incumprimento do n.º 2 do artigo 20.º do Programa de Procedimento (Manutenção da Cotação para Viagens e Alojamento), poderá resultar numa penalização de até 50% sobre o valor apresentado para o serviço solicitado.

Artigo 16.º - Execução da caução

1. As cauções prestadas para o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos, podem ser executadas pelas entidades adquirentes sem necessidade de prévia decisão judicial.
2. A resolução dos contratos de aquisição pelas entidades adquirente não impede a execução da caução.

Artigo 17.º - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato de acordo-quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer

delas.

3. Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deverá ser comunicada à outra parte e justificar tais situações, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. As circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

Artigo 18.º - Suspensão do Acordo-Quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do acordo-quadro, a CIMRC pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender, total ou parcialmente, a execução do acordo-quadro.
2. A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes, por carta registada com aviso de receção, salvo se da referida notificação constar data posterior.
3. A CIMRC pode, a todo o tempo, levantar a suspensão da execução do acordo-quadro.
4. Os cocontratantes não poderão reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão total ou parcial do acordo quadro.

Artigo 19.º - Motivos de suspensão ou exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro

1. O incumprimento por qualquer das entidades cocontratantes das obrigações que sobre si recaem, nos termos do presente acordo-quadro ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere à CIMRC o direito à exclusão dessa entidade do acordo-quadro e ao correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados, nos termos gerais de direito.
2. Para efeitos do presente artigo, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
 - a) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - b) Incumprimento das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - c) Falsas declarações;
 - d) Não apresentação dos relatórios de faturação previstos no artigo 29.º do presente caderno de encargos;
 - e) Não cumprimento das obrigações de remuneração da CIMRC nos termos do artigo 31.º do presente caderno de encargos;
 - f) A resolução do contrato por uma das entidades adquirentes, nos termos do artigo 20.º do presente caderno de encargos;
 - g) A verificação de incumprimento gravoso relativo aos serviços realizados;

- h) Recusa do serviço a uma entidade adquirente sem razão justificada;
 - i) Não apresentação de proposta ou apresentação de proposta não válida, nos termos da alínea a) do artigo 6.º do presente acordo-quadro;
 - j) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviço mínimos previstos no presente acordo-quadro;
3. O exercício do direito de exclusão terá lugar, mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade prestadoras do serviço em causa, da qual conste a indicação do motivo de incumprimento, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu conhecimento pela CIMRC.
 4. A exclusão do acordo-quadro não liberta o cocontratante do dever de satisfazer as requisições das entidades adquirentes, recebidas até à data da exclusão.
 5. A exclusão de uma entidade cocontratante não prejudica a aplicação das sanções previstas no artigo 15.º do presente caderno de encargos.
 6. Em caso de verificação, designadamente, dos factos constantes das alíneas b) a j) do n.º 2, pode a CIMRC optar pela aplicação de suspensão do cocontratante do acordo-quadro, até conclusão do inquérito, em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, com a consequente inibição de participação em procedimentos iniciados ao seu abrigo, até conclusão do período de suspensão.
 7. Determina-se a figura de suspensão sempre que o cocontratante não disponibilize, nas soluções eletrónicas de disponibilização de documentos de habilitação, indicados pela CC-CIMRC, os respetivos documentos devidamente atualizados.
 8. O período de suspensão referido no n.º 6 não deverá ser superior a 90 (noventa) dias, e deverá terminar com o cumprimento das falhas que motivaram a referida suspensão ou com a conclusão do processo de inquérito.
 9. O cumprimento das falhas referidas no número anterior não inibe a CIMRC do direito de resolução do contrato e consequente exclusão do acordo-quadro, nos termos no n.º 1.

Artigo 20.º - Resolução por parte das entidades adquirentes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adquirentes podem resolver os contratos de aquisição, a título sancionatório, no caso de as prestadoras do serviço violarem de forma grave ou reiterada qualquer das suas obrigações.
2. Para efeitos do presente artigo, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo em caso de verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada uma das entidades prestadoras do serviço:
 - a) Não satisfação das especificações técnicas do produto conforme legislação em vigor;
 - b) Não satisfação dos níveis de serviço conforme expresso no presente caderno de encargos e nos contratos de aquisição;
 - c) Ocorrência de dois incidentes durante a vigência dos acordos-quadro e dos contratos de aquisição, dos quais resultem danos materiais e/ou humanos por causa imputável à entidade prestadora do serviço;
 - d) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;

- e) Incumprimento, por parte da entidade prestadora do serviço, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - f) Falsas declarações.
3. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade prestadora do serviço em causa, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adquirente em causa.
4. A resolução dos contratos de aquisição não prejudica o direito à indemnização que caiba às entidades adquirentes, nos termos gerais de direito.

CAPÍTULO IV - Disposições Finais

Artigo 21.º - Resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente a comarca à qual compete a resolução do litígio.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Artigo 22.º - Arbitragem

Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do acordo-quadro ou dos contratos de aquisição que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido com recurso à arbitragem, nos termos da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.

Artigo 23.º - Prazos e regras de contagem

Os prazos previstos no acordo-quadro e nos contratos de aquisição contam-se nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º - Notificações e comunicações

1. Nos termos do disposto no artigo 467.º do Código dos Contratos Públicos, as notificações efetuadas no âmbito do presente procedimento devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio transmissão escrita e eletrónica de dados
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativo à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
 - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
 - b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
 - c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
 - d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.
6. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a entidade adjudicante ou o contraente público e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Artigo 25.º - Cessão da posição contratual e Subcontratação

1. Os cocontratantes não podem ceder a sua posição no acordo-quadro e nos contratos celebrados ao seu abrigo.
2. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
3. Para efeitos da produção e envio dos relatórios previstos no artigo 29.º e do pagamento da remuneração à CIMRC previsto no artigo 31.º, ambos do presente caderno de encargos, a responsabilidade mantém-se nos cocontratantes.

Artigo 26.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro, na sua redação em vigor;
- c) Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro, na sua redação em vigor;
- d) Código de Procedimento Administrativo, na sua redação em vigor; e,
- e) Em demais legislação aplicável.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 27.º - Disposições Gerais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais, para os três lotes:

- a) Executar a prestação dos serviços que lhe for adjudicada, com observância das normas vigentes e que se relacionem com a prestação dos serviços em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
 - c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante;
 - d) Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
 - e) Comunicar à entidade adjudicante, no prazo de 10 dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
 - f) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
 - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - h) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - i) É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos serviços;
 - j) Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços deverá manter reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 28.º - Disposições Especiais

A. Condições Gerais

Para os três lotes, o prestador do serviço compromete-se a:

1. Apresentar proposta a todos os pedidos formulados pelas entidades adquirentes;
2. Nomear um interlocutor responsável pelos contactos com as entidades adquirentes e os utilizadores finais, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação;
3. Assegurar a existência de um gestor de cliente, que possa ser contactado todos os dias úteis das 9h às 19h, no âmbito de questões técnicas ou comerciais;
4. Disponibilizar e comunicar um contacto telefónico e um endereço de correio eletrónico, de forma a assegurar o contacto, para situações inadiáveis, 24h por dia, todos os dias do ano,
5. Informar sobre as práticas de alteração, reembolso e cancelamento para cada opção de orçamento apresentada;
6. Consultar e informar a entidade adjudicante sobre os requisitos para a prestação do serviço (ex: vistos, necessidade de passaporte, validade do passaporte, entre outras);
7. Verificar as características que sejam críticas à segurança e funcionamento adequado do serviço (estabilidade política do país de destino, condições sanitárias, vacinação obrigatória, entre outras) e informar sobre potenciais greves das companhias aéreas, que afetem os serviços requisitados ou a requisitar.

8. No caso de ocorrer o cancelamento de qualquer serviço por parte do operador respetivo, o prestador de serviços deverá diligenciar junto daqueles todo o processo administrativo de ressarcimento e /ou indemnização da entidade adjudicante;
9. Cumprir todas as condições fixadas para a prestação dos serviços;
10. Prestar as informações que forem solicitadas pela entidade adjudicante;
11. Responder a reclamações e sugestões da entidade adjudicante no prazo máximo de 10 dias úteis.

B. Execução do serviço

1. A entidade adjudicatária deverá apresentar, no mínimo, três opções, para cada um dos serviços solicitados, sempre que as mesmas existam.
2. Aquando do envio da cotação deverá indicar o prazo em que as cotações se mantêm, condições de reserva, entre outras informações.
3. Apresentar resposta aos pedidos apresentados pela entidade adquirente, designadamente, orçamentos, alterações, esclarecimentos, nos seguintes prazos:
 - a. *Carácter normal*: no limite máximo de 4 horas úteis após o envio do pedido por parte da entidade adquirente;
 - b. *Carácter de urgência ou imprevisibilidade*: No limite máximo de 30 minutos úteis a contar do envio de solicitação eletrónica e desde que essa solicitação evidencie esse carácter de urgência ou imprevisibilidade;
Entende-se por período útil o que decorre em dias úteis das 9h às 19h.
4. As emissões e entregas das documentações deverão ser efetuadas:
 - a. *Carácter normal*: No limite máximo de 8 horas úteis após o envio de nota de encomenda/requisição;
 - b. *Carácter de urgência ou imprevisibilidade*: No limite máximo de 45 minutos úteis a contar do envio de solicitação eletrónica e desde que essa solicitação evidencie esse carácter de urgência ou imprevisibilidade.
5. Os diversos serviços da entidade adquirente poderão solicitar pedidos de cotação para a execução de serviços ao abrigo do presente contrato;
6. Os serviços só deverão ser executados mediante o envio de nota de encomenda/requisição, enviada pelos serviços da Contabilidade;
7. Juntamente com o envio da cotação o prestador do serviço deverá apresentar:
 - a. O preço praticado pelo operador e/ou unidade hoteleira ao prestador de serviços;
 - b. Documento comprovativo do preço referido extraído através do sistema de reserva utilizado, ou documento equivalente;
 - c. A taxa de serviço aplicada.
8. A entidade adjudicante reserva-se no direito de consultar outras agências de viagens, operadores e /ou unidades hoteleiras, questionando o prestador de serviço se acompanha o preço mais baixo, desde que reunidas as mesmas especificações e condições do serviço requerido.
9. A entidade adjudicante ao abrigo do direito de consulta a outras agências de viagens, operadores e/ou unidades hoteleiras pode apresentar ao prestador de serviços, outras alternativas que se afigurem mais vantajosas.

10. Nas situações referidas nos dois parágrafos anteriores, e caso o prestador de serviços não possa acompanhar a alternativa, ou melhorá-la assiste à entidade adjudicante o direito de optar pela solução mais vantajosa, mesmo que apresentada por entidade diferente.
11. No caso de não ser optada a solução apresentada pelo prestador de serviços, e caso existam custos por cancelamento de serviços já prestados, estes serão debitados à entidade adjudicante.

C. Níveis de serviço

1. Transporte Aéreo

- a. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas aéreas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- b. Informação sobre a possibilidade de efetuar pré-reserva sem custos para a entidade adjudicante e indicar a validade dessa pré-reserva;
- c. Apresentação de opções de voos diretos sempre que estes estejam disponíveis;
- d. Apresentação de opções *lowcost* sempre que estas estejam disponíveis;
- e. Reservas e emissões de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- f. Emissão de bilhetes eletrónicos e envio para a entidade adjudicante através de correio eletrónico;
- g. Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, aeroportos, etc.;
- h. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adjudicante calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o terminal do aeroporto e o local do alojamento/evento);
- i. Disponibilização de informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, para que o cliente possa verificar o seu itinerário de viagem de acordo com o solicitado.
- j. Informar sobre os seguros de viagens necessários e /ou adequados a cada viagem;
- k. Prestar assistência, mediante solicitação da entidade adjudicante, nos aeroportos de Lisboa ou Porto para apoio nos procedimentos de *chek-in*, e despacho de bagagem ou na resolução de algum imprevisto de última hora;
- l. Pesquisar, disponibilizar e informar sobre tarifas aéreas mais económicas mais ajustadas a cada deslocação solicitada pela Entidade Adjudicante, e de acordo com as opções de itinerário demonstradas;
- m. Reservar, alterar, emitir ou cancelar reservas de voos em território nacional ou internacional;
- n. Apresentar opções de tarifas aéreas low cost sempre que as mesmas se demonstrem possíveis e ajustadas a cada deslocação solicitada;
- o. Apresentar, sempre que possível, transfers elétricos ou híbridos;
- p. O número de transfers deverá ser definido em função do número de passageiros a transportar, para evitar a alocação de meios desnecessários;
- q. Disponibilizar, informar, apoiar e negociar com companhias aéreas programas de fidelização em favor da Entidade Adjudicante, descontos de tarifas especiais, e modalidades flex ou equivalentes em classe económica para destinos solicitados pela Entidade Adjudicante;

2. Alojamento

- a. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de alojamento mais económicas, aplicáveis a cada deslocação, apresentando no mínimo três opções;
- b. Sempre que possível, deverão ser indicadas duas opções de hotéis de 3 estrelas;
- c. Privilegiar opções de alojamento próximas do local do evento, se indicado;
- d. Reserva e emissão de vouchers de alojamento em território nacional e internacional;
- e. Emissão e envio para a entidade adjudicante de vouchers eletrónicos, sempre que seja possível;
- f. Disponibilização de toda a informação útil sobre o alojamento, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, transporte, etc.;
- g. Informação da categoria do hotel, tipo de quarto e regime de alojamento;
- h. Informação sobre as tarifas mais económicas disponíveis, incluindo tarifas com e sem reembolso, indicando a validade das tarifas;
- i. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adjudicante calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre o local do alojamento e o local do evento);
- j. Disponibilização de informação sobre o alojamento (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar todos os dados da viagem de acordo com o solicitado;
- k. Negociação de tarifas preferenciais em unidades hoteleiras para utilização da entidade adjudicante.

3. Transporte Ferroviário, fluvial e marítimo

- a. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação, com indicação da respetiva classe e horário de partida e chegada.
- b. Informação sobre a política de alteração, reembolso e cancelamento da deslocação;
- c. Reservas e emissões de títulos de transporte nacionais e internacionais;
- d. Emissão e envio para a entidade adjudicante de bilhetes eletrónicos, sempre que as companhias de transporte o permitam;
- e. Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, etc.;
- f. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adjudicante calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre os terminais e o local do alojamento/evento);

4. Transporte Rodoviário

- a. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- b. Reservas e emissões de títulos de transporte nacionais e internacionais;
- c. Emissão e envio para a entidade adjudicante de bilhetes eletrónicos, sempre que as companhias de transporte o permitam;
- d. Aluguer de serviços de transporte de passageiros;

- e. Disponibilização de toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, etc.;
- f. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adjudicante calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final (incluindo custos com transferes e/ou transportes públicos que permitam a deslocação entre os terminais e o local do alojamento/evento);
- g. Disponibilização de informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar o seu itinerário de viagem de acordo com o solicitado.
- h. Aluguer de Transferes – transporte entre o terminal aéreo, fluvial ou ferroviário e o hotel.

5. Aluguer de Viaturas (Rent-a-Car)

- a. Pesquisa e disponibilização de informação sobre as tarifas de aluguer de viaturas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação;
- b. Reserva e emissão de *vouchers* de aluguer de viaturas em território nacional e internacional;
- c. Emissão e envio para a entidade adjudicante de vouchers eletrónicos sempre que seja possível;
- d. Disponibilização de toda a informação útil sobre o aluguer, incluindo serviços incluídos, moradas, etc.;
- e. Disponibilização de informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam à entidade adjudicante calcular o custo total da viagem, desde o início da viagem até ao destino final;
- f. Disponibilização de informação sobre o aluguer de viaturas (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, por forma a que o cliente possa verificar todos os dados do aluguer de acordo com o solicitado.

6. Outros Serviços

- a. Eventos – Nomeadamente, inscrição, toda a informação útil sobre o alojamento, itinerários, serviços, moradas, horários, transportes, outros inerente;
- b. Vistos – Serviço de pedido de vistos em nome do “viajante”;
- c. Entrega da documentação – entrega de documentação eletrónica (bilhetes de comboio, vouchers, vistos), quando solicitado, nas instalações da entidade adjudicante ou em locais definidos caso a caso.

Artigo 29.º - Emissão de relatórios de faturação

- 1. As entidades prestadoras do serviço obrigam-se a remeter à CC-CIMRC, no prazo de 15 (quinze) dias após o final do semestre a que diz respeito, os relatórios de faturação.
- 2. Para efeitos de interpretação do número anterior, considera-se o primeiro semestre o período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho e o segundo semestre o período compreendido dentre 1 de julho e 31 de dezembro.
- 3. Considera-se não submissão definitiva dos relatórios de faturação, o seu não envio para a CC-CIMRC até 15 (quinze) dias após o termo dos prazos previstos nos números anteriores.
- 4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 21.ª deste caderno de encargos, o não envio dos relatórios ou a falta de observância da informação solicitada, implica a suspensão dos pagamentos devidos pela entidade adquirente, até à regularização da situação em causa.
- 5. As entidades prestadoras do serviço, sempre que lhes seja solicitado pela CC-CIMRC, devem facultar, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia das faturas relativas aos serviços efetuados no âmbito dos contratos

celebrados ao abrigo do acordo-quadro.

Artigo 30.º - Revisão dos níveis de serviço

1. Os níveis de serviço podem ser revistos, tendo em vista o respetivo ajustamento, quer através da introdução de novos indicadores que se mostrem necessários ou em falta, quer através da alteração dos respetivos termos, nomeadamente os parâmetros utilizados na sua definição, quer ainda pela eliminação de indicadores que se revelem inadequados, desajustados ou desnecessários.
2. A revisão será feita mediante acordo de ambas as partes e deve ser efetivada em período de tempo acordado para o efeito.

Artigo 31.º - Remuneração da CC-CIMRC

1. As entidades prestadoras do serviço remunerarão a CC-CIMRC, pelos serviços de gestão, supervisão e comunicação relacionados com o acordo quadro, prestados no âmbito das suas atribuições, com uma periodicidade semestral, por um valor líquido correspondente a 3,0% sobre o total faturado à entidade adquirente, sem IVA, naquele período.
2. Para efeitos deste artigo, os períodos de 6 (seis) meses correspondem aos semestres de cada ano civil.
3. A CIMRC deverá emitir fatura correspondente ao semestre em causa no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de receção dos relatórios de faturação previstos no presente caderno de encargos, devendo o pagamento em causa ser efetuado até 60 dias a contar da data de receção da fatura.

PARTE III - PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES

Artigo 32.º - Aquisição de Viagens

1. A aquisição de viagens pelas entidades adquirentes, será nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, efetuada por consulta a todas as entidades prestadoras do serviço que tenham assinado o contrato de acordo-quadro, para que apresentem as suas propostas, fixando-se um prazo suficiente para o efeito.
2. As consultas às entidades prestadoras de serviço ao abrigo do acordo-quadro poderão ser efetuadas pela CC-CIMRC ou por qualquer outra entidade que a integre.
3. A CIMRC, quando entidade agregadora, poderá negociar as propostas apresentadas pelas entidades cocontratantes.
4. No convite, as entidades adquirentes não podem fixar um prazo para apresentação das propostas inferior a 5 dias.
5. A entidade adquirente responsável pelo convite pode recorrer à negociação ou ao leilão eletrónico, nos termos previstos no CCP, para melhorar as condições propostas pelos concorrentes.
6. As entidades adquirentes atribuirão a prestação do serviço à entidade cocontratante que apresente a melhor proposta com base nos critérios de adjudicação previstos no artigo 33.º do presente caderno de encargos, consoante o lote em apreço.

Artigo 33.º - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-Quadro

1. A adjudicação é feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, por lotes, segundo as seguintes modalidades:
 - i. Monofator;
 - i. Multifator
2. A adjudicação segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, para qualquer dos lotes, tem em conta os fatores que melhor se adequam ao Valor da Proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VP = (30\% * VTSP) + (20\% * TRR) + (5\% * PSHM) + (45\% * CVA)$$

Sendo que:

VP = Valor da Proposta

VTSP = Valor da Taxa de Serviço Ponderado

TRR = Taxa de Resolução de Reclamações

PSHM = Paridade Salarial entre Homens e Mulheres

CVA = Manutenção da Cotação para Viagens e Alojamento

$$VTSP = (35\% * Pa) + (35\% * Ph) + (5\% * Pi) + (5\% * Pc) + (10\% * Pt) + (5\% * Pr) + (5\% * Ps)$$

Sendo que:

Pa = Média da taxa de serviço proposta para transporte aéreo

Ph = Média da taxa de serviço proposta para alojamento;

Pi = Média da taxa de serviço proposta para inscrição em evento;

Pc = Média da taxa de serviço proposta para transporte ferroviário;

Pt = Média da taxa de serviço proposta para transporte rodoviário;

Pr = Média da taxa de serviço proposta para aluguer automóvel;

Ps = Média da taxa de serviço proposta para outros serviços complementares.

TRR = Taxa de Resolução de Reclamações

Critério	Descrição	Pontuação
Tempo de Resolução	Tempo médio para resolver uma reclamação*	Até 10 dias (inclusive): 30 pontos Até 30 dias (inclusive): 15 pontos Mais de 30 dias: 0 pontos
Taxa de Sucesso	Reclamações resolvidas com sucesso*	Mais de 90%: 30 pontos De 60% a 90%: 15 pontos Menos de 60%: 0 pontos
Qualidade da Resolução	Satisfação dos reclamantes com a resolução*	Mais de 90%: 40 pontos De 60% a 90%: 20 pontos Menos de 60%: 0 pontos

* Para os documentos apresentados é obrigatório que sejam apresentados dados mensuráveis, sob pena da impossibilidade da análise objetiva dos dados.

PSHM = Paridade Salarial entre Homens e Mulheres

Critério PSHM	Pontuação
Apresentação de certificado e selo digital de igualdade salarial, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	100 pontos
Não apresentação de certificado e selo digital de igualdade salarial, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	0 pontos

CVA = (CVTA + CVTR + CSA)

CVTA = Número de horas de manutenção da **cotação para viagens em transportes aéreos** em território nacional e internacional, refere-se ao tempo que decorre desde a confirmação por parte do fornecedor do valor de cada serviço solicitado até à aceitação por parte da CIM-RC, durante a execução do contrato, com um mínimo de 24 horas, sendo pontuado da seguinte forma:

Proposta do Concorrente	Pontuação
Superior a 72 horas	30
Entre 49 a 72 horas	20
Entre 24 a 48 horas	10
Inferior a 24 horas	0

CVTR = Número de dias de manutenção da **cotação para viagens em transportes rodoviários e ferroviários** em território nacional e internacional, refere-se ao tempo que decorre desde a confirmação por parte do fornecedor do valor de cada serviço solicitado de viagens em transportes rodoviários e ferroviários em território nacional e internacional até à aceitação por parte da CIM-RC, durante a execução do contrato, com um mínimo de 2 dias, sendo pontuado da seguinte forma:

Proposta do Concorrente	Pontuação
Superior a 24 dias	35
Entre 13 a 24 dias	20
Entre 2 a 12 dias	10
Inferior a 2 dias	0

CSA = Número de horas de manutenção da **cotação para serviços de alojamento** em território nacional e internacional, refere-se ao tempo que decorre desde a confirmação por parte do fornecedor do valor de cada serviço solicitado de alojamento em território nacional e internacional, até à aceitação por parte da CIM-RC, durante a execução do contrato, com um mínimo de 24 horas, sendo pontuado da seguinte forma:

Proposta do Concorrente	Pontuação
Superior a 72 horas	35
Entre 49 a 72 horas	20
Entre 24 a 48 horas	10
Inferior a 24 horas	0

3. A avaliação das propostas dos concorrentes será efetuada de acordo com a fórmula de classificação exposta no número anterior e o ordenamento das mesmas será expresso por ordem crescente de valor.
4. Em caso de empate na ordenação das propostas:
 - a. Ficará em primeiro lugar a que tiver maior pontuação na avaliação TRR.
 - b. Caso o empate subsista, será selecionada a proposta que indicar maior pontuação na avaliação CVA.
 - c. Se ainda subsistir o empate, a proposta que apresentar maior pontuação na PSHM será a selecionada.
5. Se ainda se mantiver o empate, será realizado sorteio, por lote, nos seguintes termos:
 - a. O sorteio incidirá sobre a ordenação dos lugares onde ocorra empate, devendo os mesmos ser chamados na ordem ascendente, do 5.º para o 1.º.
 - b. Em data, hora e local a designar que será notificada aos graduados em primeiro lugar com o Relatório Final;
 - c. Do sorteio será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes ou representantes legais;
 - d. Realizado o sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 34.º - Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

Artigo 35.º - Prazo de vigência dos contratos efetuados ao abrigo do Acordo-Quadro

1. Os contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro têm a duração máxima de **36 meses**.
2. Os contratos que sejam celebrados ao abrigo do acordo-quadro podem produzir efeitos para além da vigência do acordo-quadro, desde que não ultrapassem as durações previstas nos números anteriores.
3. Qualquer atualização para além da prevista nos números anteriores deverá ser acordada entre as partes.
4. A celebração de novo acordo-quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação, por parte das entidades adquirentes, dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro objeto do presente caderno de encargos.

Artigo 36.º - Foro Competente

Para a apreciação de questões e resolução dos litígios relativos à interpretação, validade ou execução do Acordo Quadro, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outra.

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)